

REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em consequência do incêndio que atingiu os Concelhos de Proença-a-Nova e Castelo Branco no início do mês de Agosto, várias infraestruturas de comunicações foram afetadas, tendo os seus clientes ficado sem acesso aos respetivos serviços providenciados pelas operadoras de telecomunicações.

Relatos das populações em causa alertaram estes Deputados para o facto de a operadora MEO, tendo por base a substituição das linhas de cobre ardidadas por linhas de fibra ou via tecnologia GSM, estar a informar os clientes de que será celebrado um novo contrato, com a respetiva cobrança, não respeitando o contrato anteriormente assinado com os seus clientes. Por conseguinte, não nos parece esta uma situação dentro dos parâmetros legais que abrangem a vigência de qualquer contrato, acrescentando ainda a incredulidade por uma atitude despida de qualquer princípio de bom serviço prestado a uma população atingida por uma catástrofe, praticamente ainda no rescaldo da enorme devastação que foram os grande incêndios nestes territórios.

Assim, nos termos constitucionais e regimentais em vigor, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista vêm perguntar ao Governo:

Tem o Ministério das Infraestruturas conhecimento desta situação?

Se sim, ou após a devida receção desta missiva, quais as ferramentas que usará este Ministério para instar as operadoras a respeitar os contratos já celebrados?

Palácio de São Bento, 18 de agosto de 2023

Deputado(a)s

PAULA REIS(PS)

TIAGO SOARES MONTEIRO(PS)

JOSÉ PEDRO FERREIRA(PS)

Palácio de São Bento, 18 de agosto de 2023

Deputado(a)s

PAULA REIS(PS)

TIAGO SOARES MONTEIRO(PS)

JOSÉ PEDRO FERREIRA(PS)